



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2016
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº XX/2016
SEI Nº 0003678-64.2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
TOCANTINS, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**, com sede Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conjunto 01, Lotes 01/02, Palmas/TO, inscrito no CNPJ sob o nº 05.789.902/0001-72, neste ato representado por seu Diretor-Geral — **Flávio Leali Ribeiro**, brasileiro, separado, portador do documento de identidade nº M 5.387.661 SSP/MG e do CPF nº 718.916.766/87 —, e pelo Secretário de Administração e Orçamento — **Teodomiro Fernandes Amorim**, brasileiro, casado, portador do documento de identidade nº 1.522.273 SSP/GO e do CPF nº 094.110.381-15 —, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, representada por **XXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº **XXXXXXX** SSP/XX e do CPF nº **XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico TRE/TO nº 28/2016, e a respectiva homologação, celebram o presente instrumento, nos termos das Lei Federal nº 8.666/1993 e 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005, autorizado no Processo Eletrônico nº 0003678-64.2016, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Prestação serviços de filmagem, monitoramento e produção de material gravado do procedimento de auditoria denominado “Votação Paralela”, a ser realizado no dia da eleição, 02 de outubro de 2016, em local a ser definido pelo TRE/TO, nesta Capital.

1.1.1. O serviço tem como objetivo a filmagem das urnas eletrônicas e do ambiente de votação, nos termos dos arts. 45 a 70, da Resolução/TSE nº 23.458, de 15 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

2.1. O serviço de filmagem da votação paralela será dividido em duas partes: **Filmagem das Urnas Eletrônicas e Filmagem do Ambiente.**

2.2. O serviço de montagem dos equipamentos de filmagem no dia da eleição deverá estar concluído até às 19 horas do dia anterior (01/10/2016-sábado) e os trabalhos ocorrerão durante todo o dia 02/10/2016, até o completo encerramento.

2.3. A Contratada deve enviar um representante para participar do treinamento/simulado da Votação Paralela, no que concerne ao teste de filmagem, com os equipamentos, para verificar posicionamento das câmeras, na data especificada no item 2.5, referente ao cronograma de trabalhos.

2.4. Para a perfeita execução dos serviços deverão ser utilizados:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
04 (no mínimo)	CÂMERA DE FILMAGEM com possibilidade de ajuste prévio e gravação da data e hora durante todo o processo.
03	APARELHO DE TELEVISÃO colorido com tamanho mínimo de 20 polegadas, para transmissão simultânea das imagens geradas nas câmeras de filmagem das urnas.
01	APARELHO DE TELEVISÃO colorido com tamanho mínimo de 29 polegadas para transmissão das imagens geradas, do ambiente e das urnas.

2.5. CRONOGRAMA DOS TRABALHOS

Dia	Horário	Local/Dependência	Trabalhos
30 de setembro de 2016 (sexta-feira)	A definir	Auditório do TRE	Treinamento simulado com a equipe de apoio - Verificar posicionamento dos equipamentos de filmagem
1º de outubro de 2016 (sábado)	A partir das 12 h	Local a combinar	Instalação dos equipamentos de filmagem deverá estar concluída até às 19h.
02 de outubro de 2016 (domingo)	07 às 17h	Local a combinar	Realização da Votação Paralela.
02 de outubro de 2016 (domingo)	a partir das 17h (até a conclusão)	Local a combinar	Apuração e Resultado.

	dos trabalhos do mesmo dia)		
--	---	--	--

2.6. FILMAGEM DAS URNAS ELETRÔNICAS

2.6.1. Serão utilizadas três urnas eletrônicas. Cada urna eletrônica será filmada por no mínimo uma câmara exclusiva. (total de 03 câmeras para as urnas);

2.6.2. As câmeras serão operadas por pessoa indicada pela empresa contratada. Os requisitos exigidos para prestação do serviço são:

QUANTIDADE DE CÂMERAS	03 (três) no mínimo , com possibilidade de ajuste prévio e gravação da data e hora durante todo o processo.
QUANTIDADE DE OPERADORES DE CÂMERA	01 (UM).
GRAVAÇÃO DA IMAGEM	<p>Cada câmera deverá estar voltada diretamente para o terminal do eleitor da urna eletrônica, focando a área do monitor e o respectivo teclado, permitindo a gravação e visualização efetiva do que está sendo digitado no teclado e demonstrado na tela da urna.</p> <p>A imagem gerada deverá conter a Data e Hora, de acordo com o horário oficial local no formato “99/99/9999 99:99”, de modo a não comprometer a visualização do terminal do eleitor (teclado e tela).</p> <p>A imagem deve ser gravada de forma contínua em formato SVHS (ou outro formato com definição superior) de forma que, caso necessário, se possa recuperar os dados imediatamente após o término dos trabalhos.</p>
PERÍODO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	<p>Presença de representante da empresa contratada, no horário a ser definido pela Comissão da Paralela, para participar do treinamento/simulado da Votação Paralela, no que concerne ao teste de filmagem, com os equipamentos, para verificar posicionamento das câmeras, na data especificada no item 3.1, referente ao cronograma de trabalhos.</p> <p>Dia 30/09/2016, no horário a combinar, sob a orientação do presidente da Comissão de Auditoria deverá ser iniciada a instalação de todos os equipamentos que envolvem este serviço no ambiente determinado pelo TRETO e deverá ser concluída no dia 1º/10/2016(sábado) dia anterior à gravação.</p> <p>Após esta instalação deverá ser executado um teste de funcionamento que englobe todos estes equipamentos, os</p>

	quais não poderão ser desmontados até o final dos trabalhos no dia seguinte. Dia 02/10/2016, das 06:00 às 19:00 (o horário final poderá prolongar-se a critério do Presidente da Comissão de Auditoria, até a conclusão dos trabalhos).
LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Nesta Capital, condicionado o local à designação prévia deste Tribunal.
FIXAÇÃO DA CÂMERA	As câmeras que filmarão as urnas deverão estar posicionadas de forma fixa (tripé).
GRAVAÇÃO DO SOM	Cada câmera que estiver filmando as urnas, será gravado simultaneamente o som da voz de um operador da urna, através de um microfone <i>headset</i> (sem fio).
ILUMINAÇÃO	A contratada deverá prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que estará sendo gravada, de forma a manter a clareza do que está sendo digitado e visualizado no terminal do eleitor da urna eletrônica.
MÍDIAS DE VÍDEO A SEREM ENTREGUES AO FINAL DOS TRABALHOS	<u>Característica:</u> DVD <u>Quantidade:</u> Deverão ser entregues, DVD's em número necessário para todo o período da gravação. <u>Identificação:</u> Todos os DVD's deverão conter identificação, fazendo referência ao patrimônio da urna que está sendo filmada e ao horário de gravação, no formato: "Patrimônio: 999.999. Gravação das 99:99 às 99:99".
APARELHO DE TV	03 (três) aparelhos de televisão colorido com tamanho mínimo de 20 polegadas, para transmissão simultânea das imagens geradas um para cada câmera.
CONTINGÊNCIA	Caso haja problema com quaisquer dos equipamentos utilizados, que impeça que a filmagem, monitoramento e/ou gravação possa ser realizada, o(s) mesmos(s) deverá(ao) ser substituídos(s) num prazo máximo de 15 minutos.
LAYOUT	A disposição das câmeras, televisores, equipamentos de gravação, etc, deverá obedecer ao diagrama a ser disponibilizado por esse Tribunal.

2.7. FILMAGEM DO AMBIENTE

2.7.1. Deverá ser instalada no mínimo 01 (uma) câmera para filmar todo o ambiente dos trabalhos.

2.7.2. Os requisitos exigidos para a prestação do serviço são:

QUANTIDADE DE CÂMERAS	01 (uma no mínimo).
QUANTIDADE DE	01 (um), podendo ser o mesmo operador das câmeras

OPERADORES DE CÂMERA	das urnas.
GRAVAÇÃO DA IMAGEM	<p>A(s) câmera(s) será(ão) posicionada(s) de forma que a filmagem abranja todo o ambiente, registrando todas as ocorrências.</p> <p>A imagem deve ser gravada de forma contínua em formato SVHS (ou outro formato com definição superior) de forma que, caso necessário, seja possível recuperar os dados imediatamente após o término dos trabalhos.</p>
PERÍODO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	<p>Presença de representante da empresa contratada, no horário a ser definido pela Comissão da Paralela, para participar do treinamento/simulado da Votação Paralela, no que concerne ao teste de filmagem, com os equipamentos, para verificar posicionamento das câmeras, na data especificada no item 3.1, referente ao cronograma de trabalhos.</p> <p>Dia 30/09/2016 (sexta-feira) no horário a combinar, sob a orientação do presidente da Comissão de Auditoria deverá ser iniciada a instalação de todos os equipamentos que envolvem este serviço no ambiente determinado pelo TRETO e finalizada no dia 1º/10/2016 (sábado).</p> <p>Após esta instalação deverá ser executado um teste de funcionamento que englobe todos estes equipamentos, os quais não poderão ser desmontados até o final dos trabalhos no dia seguinte.</p> <p>Dia 02/10/2016, das 06:00 às 19:00 (o horário final poderá prolongar-se a critério do Presidente da Comissão de Auditoria).</p>
LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Nesta Capital, condicionado o local à designação prévia deste Tribunal.
FIXAÇÃO DA CÂMERA	A(s) câmera(s) deverá(ão) estar posicionada(s) de forma fixa (tripé)
ILUMINAÇÃO	A contratada deverá prover iluminação auxiliar suficiente para garantir a qualidade da imagem que estará sendo gravada.
MÍDIAS DE VÍDEO A SEREM ENTREGUES AO FINAL DOS TRABALHOS	<p><u>Característica:</u> DVD</p> <p><u>Quantidade:</u> Deverão ser entregues, DVD's em número necessário para todo o período da gravação.</p> <p><u>Identificação:</u> Todos os DVD's deverão conter identificação, fazendo referência ao patrimônio da urna que está sendo filmada e ao horário de gravação, no formato: "Patrimônio: 999.999. Gravação das 99:99 às 99:99".</p>
APARELHO DE TV	Um aparelho de televisão colorido com tamanho mínimo de 29 polegadas, para transmissão simultânea das imagens de todas as câmeras (ambiente e urnas), através da utilização de multiplexador e/ou recurso PIP que

	suporte todas as imagens.
CONTINGÊNCIA	Caso haja algum problema com quaisquer dos equipamentos utilizados, que impeça que a filmagem, monitoramento e/ou gravação possa ser realizada, o(s) mesmo(s) deverá(ao ser substituído(s) num prazo de 15 minutos.
LAYOUT	A disposição das câmeras, televisores, equipamentos de gravação, etc, deverá obedecer ao diagrama a ser disponibilizado por este Tribunal.

2.8. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.8.1. Antes que seja realizada qualquer operação que resulte na parada do procedimento de filmagem (ex. troca de mídia), os membros da Comissão deverão ser comunicados, para que os trabalhos sejam momentaneamente suspensos.

2.8.2. Durante a substituição deverão ser gravadas ao final de cada mídia, o horário e o número seqüencial da última cédula votada.

2.8.3. A cada duas horas, ou ao final de cada mídia, deverá ser entregue aos membros da comissão uma cópia dos arquivos gravados até o momento, identificados com o horário final e o número seqüencial da última cédula votada.

2.8.4. As cópias descritas acima não substituirão a mídia definitiva gravada em DVD no final do dia.

2.8.5. Encerrados os trabalhos, e depois de identificadas, as mídias deverão ser entregues ao Presidente da Comissão, acondicionadas em embalagem própria (caixa plástica rígida).

2.8.6. A contratada deverá providenciar os equipamentos e/ou acessórios necessários para garantir a continuidade das filmagens durante todo o período de execução dos trabalhos, mesmo com a falta de energia elétrica (ex. gerador, no-break, bateria, etc.).

2.8.7. A contratada deverá fornecer todo o material a ser utilizado na filmagem, monitoramento e produção, tais como: câmeras, televisores, microfones, mídias, baterias, recarregadores e outros que se fizerem necessários.

2.8.8. A contratada providenciará os meios necessários para garantir a gravação e armazenamento dos vídeos descritos neste edital, buscando meios redundantes de gravação e armazenamento de forma a contingenciar qualquer indisponibilidade técnica nos equipamentos de gravação e visualização.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto do presente contrato será de forma indireta por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Compete ao Contratante:

- a) receber e conferir os serviços realizados dentro das especificações estabelecidas, recusando no todo ou em parte se houver irregularidades;
- b) promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993 e o Item 5 do Termo de Referência;
- c) anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) efetuar o pagamento à Contratada conforme convencionado;
- e) dotar o ambiente onde serão realizadas as filmagens da estrutura necessária para que a contratada possa desenvolver a contento os serviços objetos deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Compete à Contratada:

- a) arcar com todos os ônus diretos e indiretos, decorrentes do cumprimento das obrigações para a execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) cumprir integralmente o que estabelece o Anexo I - Termo de Referência, bem como a sua proposta;
- c) não subempreitar parcial ou globalmente o Contrato;
- d) comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução do Contrato;
- e) disponibilizar materiais, equipamentos e técnicos de acordo com os quantitativos mínimos exigidos no Termo de Referência – Anexo I;
- f) a contratada deverá fornecer todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na filmagem, monitoramento e produção, tais como: câmeras, televisores, microfones, mídias, baterias, recarregadores e outros que se fizerem necessários.
- g) realizar a gravação das imagens de acordo com o layout e orientações dos integrantes da Comissão de Votação Paralela e Termo de Referência – Anexo I.

h) providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Comissão de Votação Paralela.

i) realizar a instalação e execução de teste de funcionamento dos equipamentos no dia 04/10/2014.

i.1) após a realização dos procedimentos descritos na letra “i”, os equipamentos deverão permanecer no referido local e somente poderão ser desmontados quando concluídos os serviços objeto dessa licitação.

j) estar ciente que a prestação dos serviços no dia 02/10/2016 será realizada das 06:00 às 18:00 horas, contudo, caso seja necessário, esse prazo poderá ser prolongado, a critério do Presidente da Comissão de Auditoria, até a conclusão dos trabalhos.

k) o serviço de montagem dos equipamentos de filmagem para o dia da eleição deverá estar concluído até as 19 horas do dia anterior (01/10/2016-sábado) e os trabalhos ocorrerão durante todo o dia 02/10/2016, até o completo encerramento.

l) disponibilizar equipamentos e acessórios sobressalentes que garantam a perfeita execução dos serviços.

l.1) a contratada providenciará os meios necessários para garantir a gravação e armazenamento dos vídeos descritos neste edital, buscando meios redundantes de gravação e armazenamento de forma a contingenciar qualquer indisponibilidade técnica nos equipamentos de gravação e visualização.

l.2) a contratada deverá providenciar os equipamentos e/ou acessórios necessários para garantir a continuidade das filmagens durante todo o período de execução dos trabalhos, mesmo com a falta de energia elétrica (ex. gerador, no-break, bateria, etc.).

l.3) caso haja algum problema com quaisquer dos equipamentos/materiais utilizados, que impeçam que a filmagem, monitoramento e/ou gravação possam ser realizadas, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 15 minutos.

l.4) antes que seja realizada qualquer operação que resulte na parada do procedimento de filmagem (ex. troca de mídia), o Presidente da Comissão de Auditoria deverá ser comunicado, para que os trabalhos sejam momentaneamente suspensos.

m) indicar representante para atender às convocações do TRE-TO durante a execução do Contrato.

m.1) quando convocado para dirigir-se à sede do TRE, o representante terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento.

- m.2) participar, quando convocado por representante do TRE, de treinamento simulado, em data a ser posteriormente definida.
- n) proceder a eventuais substituições de empregados, caso seja solicitado pela Comissão de Votação Paralela.
- o) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

6.1. A despesa com a execução do presente Instrumento correrá à conta dos recursos disponibilizados dotação orçamentária: 02.061.0570.4269.0001- Pleitos Eleitorais – Nacional, e Elemento de Despesa: 3.3.3.9.0.39.59 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

7.1. Conforme proposta apresentada pela contratada, o valor da presente contratação é de R\$ 0,00 (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

7.2. O pagamento à contratada será efetuado, em moeda corrente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pela gestão do contrato.

7.3. A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

7.4. O pagamento somente será efetuado, ressalvados os casos definidos em legislação própria, após o recolhimento, pela CONTRATADA, de quaisquer multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual.

7.5. Para liquidação da despesa, a empresa contratada compromete-se a apresentar, juntamente com a primeira via da nota fiscal/fatura, certidões de regularidade com a previdência social - CND/INSS e com o FGTS, em plena validade.

7.6. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante do SIMPLES, deverá apresentar junto com a primeira fatura, cópia do comprovante respectivo, o qual ficará fazendo parte do processo de pagamento;

7.7. Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado;

7.8. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros;

7.9. Não serão pagos os serviços realizados em desacordo com as especificações que integrem este contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Na vigência da presente contratação não haverá reajustes sobre valores contratados.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. No interesse do CONTRATANTE, e nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, os serviços objeto desta contratação poderão ser alterados aumentando-se até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, mediante autorização e assinatura de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado para o início da prestação dos serviços sujeitará a Contratada à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na seguinte forma:

- a) em caso de atraso de até 02 (duas) horas em relação ao horário estabelecido para início dos serviços, multa de 2% (dois por cento) por hora de atraso, calculada sobre o valor do contrato;
- b) no caso de atraso injustificado superior a 2 (duas) horas, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 4% (quatro por cento) por hora de atraso, calculada sobre o valor do contrato;
- c) no caso de atraso injustificado superior a 2 (duas) horas, com a não aceitação do objeto pela Administração, será aplicada a multa prevista na letra “b” do item 10.2 e demais consequências decorrentes da rescisão unilateral do contrato.

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, atrasos, omissão ou outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

10.3. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

10.4. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato.

10.5. As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente.

10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

11.1. Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Contratante, por meio da Comissão de Votação Paralela.

11.2. Os fiscais do Contrato anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto do certame, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

11.3. As decisões e providências, que ultrapassem a competência do executor do Contrato, deverão ser solicitadas ao Secretário da Secretaria de Administração e Orçamento, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, todos da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1. O presente Contrato vigorará, da sua assinatura, até 31 de outubro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Este Contrato regula-se pela Lei nº 8.666/1993, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste Instrumento no Diário Oficial da União, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Seccional Palmas, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

Por estarem de acordo, assinam as partes este instrumento contratual por meio do Sistema Eletrônico de Informações da CONTRATANTE.

Palmas/TO, _____ de maio de 2016.

Pelo CONTRATANTE:

FLÁVIO LEALI RIBEIRO
Diretor-Geral– TRE/TO

TEODOMIRO FERNANDES AMORIM
Secretário de Administração e Orçamento – TRE/TO

Pela CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante da Contratada